

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 162.332 - PI (2018/0309395-8)

SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA VARA DE CORRENTE - SJ/PI
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA VARA UNICA DE CORRENTE - PI
INTERES. : MUNICIPIO DE CORRENTE
PROCURADOR : JOÃO AUGUSTO NUNES PARANAGUA E LAGO -
PI008045
INTERES. : BENIGNO RIBEIRO DE SOUZA FILHO E OUTRO

DECISÃO

Originariamente, cuida-se de ação civil pública por ato de improbidade administrativa c/c obrigação de fazer com pedido de liminar ajuizada pelo Município de Corrente/PI em face de Benigno Ribeiro de Souza Filho e José Ademir Barbosa. Sustenta-se que os réus teriam descumprido o dever de prestar contas envolvendo verbas públicas federais repassadas pelo Ministério da Saúde ao Município de Corrente, especificamente ao Fundo Municipal de Saúde. Atribuiu-se à causa o valor de R\$ 310.114,30 (trezentos e dez mil, cento e quatorze reais e trinta centavos).

O Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Corrente/PI declarou a sua incompetência para o processo e julgamento da presente demanda, sob o fundamento de que, em razão de os recursos oriundos do Fundo Nacional de Saúde gozarem de natureza federal, a competência seria da Justiça Federal (fls.20-22).

Por sua vez, o Juízo Federal da Subseção Judiciária de Corrente/PI suscitou o presente conflito negativo de competência. Alega que a ação foi ajuizada exclusivamente pelo Município de Corrente e não houve manifestação de interesse da União a justificar o deslocamento da competência (fls. 25-27).

O Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento do conflito para declarar competente o Juízo Federal da Vara de Corrente/PI, ora suscitante (fls. 39-41), em parecer assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO CIVIL. IMPROBIDADE. AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. VERBAS ORIUNDAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. INTERESSE PÚBLICO INDISPONÍVEL. ART. 109, I, DA CF/88. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. 1 - A questão, de natureza cível, amolda-se ao teor do artigo 109 da CF/88, que define a competência da Justiça Federal nas causas em que "a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho". 2 - No caso concreto, os valores originaram-se dos cofres da União, foram repassados pelo Ministério da Saúde, estando sujeitos a prestação de contas e, acima de tudo, são passíveis de controle e

fiscalização pelo Tribunal de Contas da União e pela Controladoria-Geral da União. Logo, a competência para processar e julgar a ação civil de ressarcimento por ato de improbidade administrativa ajuizada pelo Município de Corrente contra o ex-prefeito, em virtude de ausência de prestação de contas dos recursos recebidos do MS no exercício de 2012, é da Justiça Federal. 3 - Parecer pela competência do Juízo Federal da Vara de Corrente - SJ/PI, ora suscitante.

É o relatório. Decido.

A matéria objeto do presente conflito de competência já ascendeu a esta Corte em outras oportunidades, dando ensejo à sedimentação do seguinte entendimento:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. VERBAS REPASSADAS AO MUNICÍPIO POR MEIO DE CONVÊNIO COM O FNDE. AUSÊNCIA DE INTERESSE DA UNIÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1. Nos termos do art. 109, I, da CF, a competência da Justiça Federal é *ratione personae*, exigindo-se a presença da União, de entidade autárquica ou de empresa pública federal na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes. 2. Em regra, é competente a Justiça Estadual para processar e julgar agente público acusado de desvio de verba recebida em razão de convênio firmado com a ente federal.

3. Considerando que na subjacente ação civil pública por ato de improbidade administrativa não se descortina reflexo direto em interesse da União, consoante se infere dos pedidos formulados na respectiva petição inicial, deve-se manter a competência do Juízo de Direito da Vara de Aurora do Pará/PA.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no CC 133.619/PA, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/05/2018, DJe 16/05/2018)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE VERBAS REPASSADAS AO MUNICÍPIO POR CONVÊNIO FIRMADO JUNTO AO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO-FNDE. MONTANTE JÁ INTEGRADO AO PATRIMÔNIO MUNICIPAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. PRECEDENTES DO STJ: AGRG NO CC 143.460/PA, REL. MIN. ASSUETE MAGALHÃES, DJE 19.12.2016 E AGRG NO RESP 1.458.216/PI, REL. MIN. HERMAN BENJAMIN, DJE 8.11.2016, DENTRE OUTROS. AGRAVO REGIMENTAL DO MPF A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Nos termos da jurisprudência desta Casa, a ação de improbidade administrativa por ausência de prestação de contas do ex-Gestor Municipal, ao órgão federal que havia, em virtude de convênio, repassado verbas - já integradas ao patrimônio municipal - para a realização de determinados fins

públicos, compete à Justiça Estadual. Precedentes: AgRg no CC 143.460/PA, Rel. Min. ASSUETE MAGALHÃES, DJe 19.12.2016 e AgRg no REsp. 1.458.216/PI, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 8.11.2016, dentre outros.

2. Agravo Regimental do MPF a que se nega provimento, mantendo-se a decisão que conheceu do Conflito para declarar competente o JUÍZO DE DIREITO DE MUANÁ/PA, o suscitante.

(AgRg no CC 133.001/PA, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/06/2017, DJe 21/06/2017)

Ou seja, a fixação da competência em favor da Justiça Federal ocorre apenas nas causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes (CF, art. 109, I). Cuida-se, pois, de regra de competência *ratione personae*.

Na espécie, observa-se que a União, suas autarquias ou empresas públicas não figuram na ação civil pública em alguma dessas posições processuais. Nem sequer consta qualquer manifestação de interesse no feito por tais entes.

Ademais, a teor do enunciado da Súmula 150 do Superior Tribunal de Justiça, “Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas pública”.

Nesse sentido, já decidiu a C. Primeira Seção desta Corte, em processo de minha relatoria:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZOS FEDERAL E ESTADUAL. INSTITUIÇÃO DE ENSINO PRIVADA. OBJETO DA AÇÃO. INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. UNIÃO. INTERESSE. INEXISTÊNCIA. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 150 DA SÚMULA DO STJ.

I - O objeto da ação ordinária é a indenização por danos materiais e morais, ajuizada contra instituição de ensino particular sem pedido relativo ao registro do diploma no Ministério da Educação.

II - Se a Justiça Federal concluiu pela falta de interesse da União no julgamento da lide, firmada está a competência da Justiça Comum.

III - “Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas” (Enunciado n. 150 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça).

IV - Agravo interno improvido.

(AgInt no CC 138.008/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/3/2017, DJe 27/3/2017)

Ainda que assim não fosse, consta na petição inicial que os recursos federais foram depositados na conta corrente do Fundo Municipal de Saúde de Corrente, ou seja, a verba já havia sido transferida e incorporada ao

patrimônio municipal.

Veja-se (fl.5):

[...] 1.2 No dia 03 de abril de 2012, a Secretaria Municipal de Saúde de Corrente recebeu o importe acima, por intermédio do Processo n.º 2 5 0 0 0 2 2 13 6 12 0 118 0, tendo o aludido valor sido creditado na Conta Corrente n.º 181668, da Agência n.º 0609-2, do Banco do Brasil S/A, cuja titularidade é do Fundo Municipal de Saúde de Corrente - FNS B LMAC⁵.

1.3 No dia 31 de dezembro de 2012, tais valores não mais se encontravam na conta bancária do Fundo Municipal de Saúde, restando, apenas um saldo de R\$ 532,23 (quinhentos e trinta e dois reais e vinte e três centavos). Também não se tem notícia sobre o paradeiro de tais valores ou da sua aplicação. Ou melhor, o que se sabe é que não foi utilizado para a finalidade a que era destinado e que a gestão que o recebeu não prestou contas da aplicação dos mesmos.

1.4 Resta saber para onde foram os mais de R\$ 23.150,00 (vinte e três mil centos e cinquenta reais) recebidos no ano de 2012, gatos sabe-se lá com o que ou com quem. [...]

Há de se reconhecer, portanto, a incompetência do Juízo Federal para o processamento e julgamento da presente demanda, declarando-se competente o Juízo Estadual da Comarca de Corrente.

Ante o exposto, conheço do conflito de competência, declarando o Juízo de Direito da Comarca de Corrente/PI, ora suscitado, competente para o processo e julgamento da ação civil pública por improbidade administrativa em questão.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator